



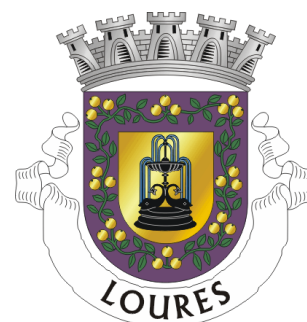
Perfil Intercultural de Loures

Dezembro 2020

Este documento resulta da visita virtual de especialistas do Conselho da Europa que decorreu a 12 e 14 de outubro de 2020, envolvendo Andrea Wickström, Sérgio Xavier e Carla Calado. Deve ser lido paralelamente à resposta do Conselho da Europa ao Índice das Cidades Interculturais de Loures de 2019¹, que contém um conjunto de recomendações e referências a exemplos de boas práticas.

Loures – caracterização geral

Loures é um município com 168Km² situado numa das margens do rio Tejo, na área metropolitana de Lisboa, com adjacência à capital portuguesa. Após a reorganização administrativa do território das freguesias de 2013², dez freguesias passaram a formar o Concelho: União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, União das Freguesias de Moscavide e Portela, União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, e ainda as freguesias de Bucelas, Fanhões, Loures e Lousa.



A consolidação territorial de Loures tem génese na exploração agrícola do seu passado, bem como na atividade industrial, tendo dado origem a duas cidades – Loures e Sacavém – e sete vilas – Bobadela, Bucelas, Camarate, Moscavide, Santa Iria de Azóia, Santo António dos Cavaleiros e São João da Talha. Dada a sua localização, confluem no concelho vários eixos importantes de mobilidade, como o Aeroporto Internacional Humberto Delgado, o Porto de Lisboa e a Gare do Oriente. Em 2017, Loures era o 61º município português relativamente ao poder de compra *per capita*³.

Loures totaliza 205.054 habitantes⁴, sendo o 5º município português com maior número de população estrangeira com estatuto legal de residente⁵ (9.2%). A população portuguesa representa o maior grupo nacional em Loures, constituindo 90.8% do total de habitantes. Não existem grupos minoritários representando mais de 2% da população global. Dos 19.649 migrantes com estatuto legal a residir em Loures, o maior grupo é oriundo do Brasil (representando 19% do total de população estrangeira), seguido de Cabo Verde (11%), São Tomé e Príncipe (10%), Angola (9%), Guiné-Bissau (9%), Roménia (5%). A presença das comunidades PALOP⁶ forma 40% da comunidade migrante do concelho e,

¹ <https://rm.coe.int/loures-portugal-results-of-the-intercultural-cities-index-august-2019-/168098cbf6>

² Lei n.º 11-A/2013.

³ Em Loures o poder de compra *per capita* é de 92,3% (2017). Fonte: PORDATA – www.pordata.pt

⁴ Dados de 2017 - www.pordata.pt

⁵ Dados de 2019 - www.pordata.pt

⁶ Os “Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” é uma designação comum para um grupo de cinco países Africanos – ex-colónias Portuguesas – onde a língua oficial é o Português: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,



juntamente com a comunidade brasileira, a comunidade roma (vulgo *comunidade cigana*) e a comunidade denominada como *retornados*⁷, constituem a maioria da população que habita nos bairros de iniciativa municipal.



Mapa de Freguesias de Loures desde 2013. Fonte: Câmara Municipal de Loures.

Moçambique e São Tomé e Príncipe. Juntamente com o Brasil, Timor-Leste e a Guiné Equatorial, formam a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

⁷ População portuguesa ou lusodescendente que se movimentou das colónias portuguesas africanas para o território nacional, no quadro da descolonização, após a revolução de 25 de Abril de 1974.



Ao momento, o Município não dispõe de informação específica sobre a caracterização étnico-cultural da população nacional, não se conhecendo, por exemplo dados estatísticos sobre a população roma.

A responsabilidade da integração intercultural está a cargo da Unidade da Inclusão e Cidadania, integrado no Departamento de Coesão Social e Habitação⁸. O Gabinete de Apoio ao Migrante (GAM), criado em 2017, tem como principal objetivo responder a todos os pressupostos dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes⁹, em estreita colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações¹⁰ e com toda a Rede Nacional CLAIM¹¹, fazendo a ponte entre a população imigrante e as instituições que implicam a sua permanência e regularização em Portugal (Embaixadas/Consulados, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Instituto dos Registos e Notariado). Em adição, o GAM, recorrendo ao conhecimento adquirido dos quadros, atua também em áreas distintas como: Fortalecimento Comunitário, Educação, Saúde, Habitação ou Empregabilidade.

Para além de uma forte componente de intervenção em bairros de iniciativa municipal, a agenda atual de interculturalidade da Câmara Municipal de Loures está focada no lançamento do seu recente Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2020-2022 (PMIM), elaborado em articulação com o ACM¹².

Para além da coordenação do GAM e do PMIM, a Unidade da Inclusão e Cidadania é o serviço responsável pelo diálogo inter-religioso e o projeto Loures Arte Pública, trabalhando em articulação com os restantes serviços da CML – como no caso do trabalho comunitário, com a Divisão de Habitação – e entidades parceiras.

O Contexto Português

À semelhança de outros países mediterrânicos, Portugal não promoveu políticas de migração até aos anos noventa. O passado colonial português gerou o primeiro fluxo migratório significativo, seja a partir das ex-colónias, seja derivado do processo de descolonização nos anos setenta. Este foi também o momento de transição da ditadura para a democracia¹³ no país. A sobreposição destes dois momentos assegurou que modelos como o assimilacionista¹⁴ ou o de trabalhador-convidado¹⁵ não se tenham instalado firmemente na sociedade portuguesa, embora sejam percetíveis influências dos sistemas francês ou o alemão, por exemplo, nas origens do quadro legal de nacionalidade.

Um número significativo de migrantes dos PALOP instalou-se em Portugal desde os anos setenta. Ainda que seja sugerido que semelhanças na Língua, religião e cultura com Portugueses nativos tenham resultado numa integração mais facilitada e menos conflituosa do que noutros cenários de

⁸ www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20200108170354594.pdf

⁹ Ver “O Contexto Português”.

¹⁰ Idem.

¹¹ www.acm.gov.pt/pt/-/rede-claii-centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-imigrant-3

¹² <https://www.acm.gov.pt/pt/web/10181/planos-municipais>

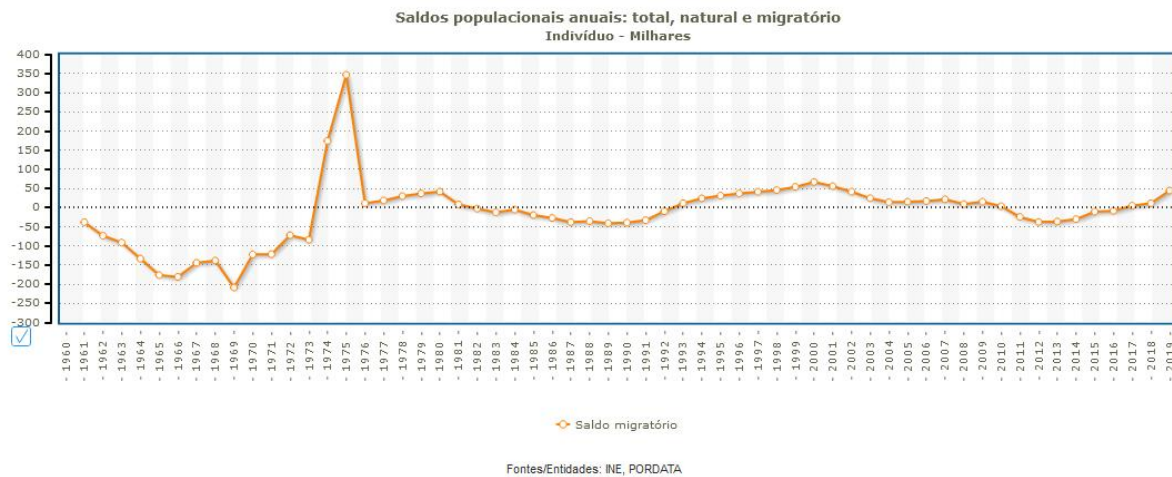
¹³ A 25 de Abril de 1974 deu-se a “Revolução dos Cravos” que, além de despoletar a queda do regime ditatorial português, assinala o início da chamada “Terceira Vaga Democrática”, a nível global.

¹⁴ Até aos anos sessenta, Portugal conservou a figura do “assimilado” – à semelhança de França – promovendo a adoção da cultura nacional e das *tradições cristãs* por parte das pessoas imigrantes colonizadas, a troco de direitos que não eram concedidos a “povos indígenas”.

¹⁵ Como por exemplo, no caso alemão, nomeadamente os *gastarbeiter* dos anos sessenta e setenta.



descolonização, a população emigrante e a sua descendência permanece desproporcionalmente em desvantagem em relação a educação, trabalho, habitação e rendimento em Portugal.¹⁶



Em 1996, o Estado Português cria o ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, estabelecendo o primeiro quadro de políticas dedicadas à migração. Este órgão governamental passou por sucessivas mudanças. Em 2007 tornou-se no ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, sob a autoridade do Primeiro-Ministro e, em 2014, adotou a designação que subsiste atualmente, ACM – Alto Comissariado para as Migrações¹⁷. Portugal é um dos poucos países europeus que adotou um instrumento para a orientação global de políticas públicas de integração de imigrantes, primeiro sob a forma do Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-09), posteriormente pelo seu homónimo para o período 2010-14 e finalmente o Plano Estratégico para as Migrações¹⁸, vigente desde 2015. É também um dos poucos países em que um órgão singular do Governo – ACM – assume a responsabilidade pelas políticas de diálogo intercultural.

O ACM supervisiona o Observatório das Migrações¹⁹ e a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com que se articula o GAM de Loures. Integram esta Rede três Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrante (CNAIM – Lisboa, Norte e Algarve)²⁰ que articulam diversas agências governamentais de cinco Ministérios (SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho, Segurança Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e a Conservatória dos Registos Centrais), no sentido de prestar apoio na satisfação das necessidades práticas de imigrantes, tal como reagrupamento familiar, aconselhamento jurídico ou emprego. O ACM faculta mediadores socioculturais nos CNAIM, através de protocolos com associações de imigrantes. A participação de organizações da sociedade civil enquanto parceiras na gestão do projeto tem-se revelado como uma inovação bem-sucedida²¹. Desde 2013, é também promovida uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas²².

¹⁶ De acordo com a OCDE (2015), Portugal, juntamente com a Grécia e a Espanha, partilham o segundo maior nível de desigualdade salarial na Europa Ocidental, só ultrapassada pelo Reino Unido.

¹⁷ www.acm.gov.pt

¹⁸ www.acm.gov.pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem-

¹⁹ www.om.acm.gov.pt/

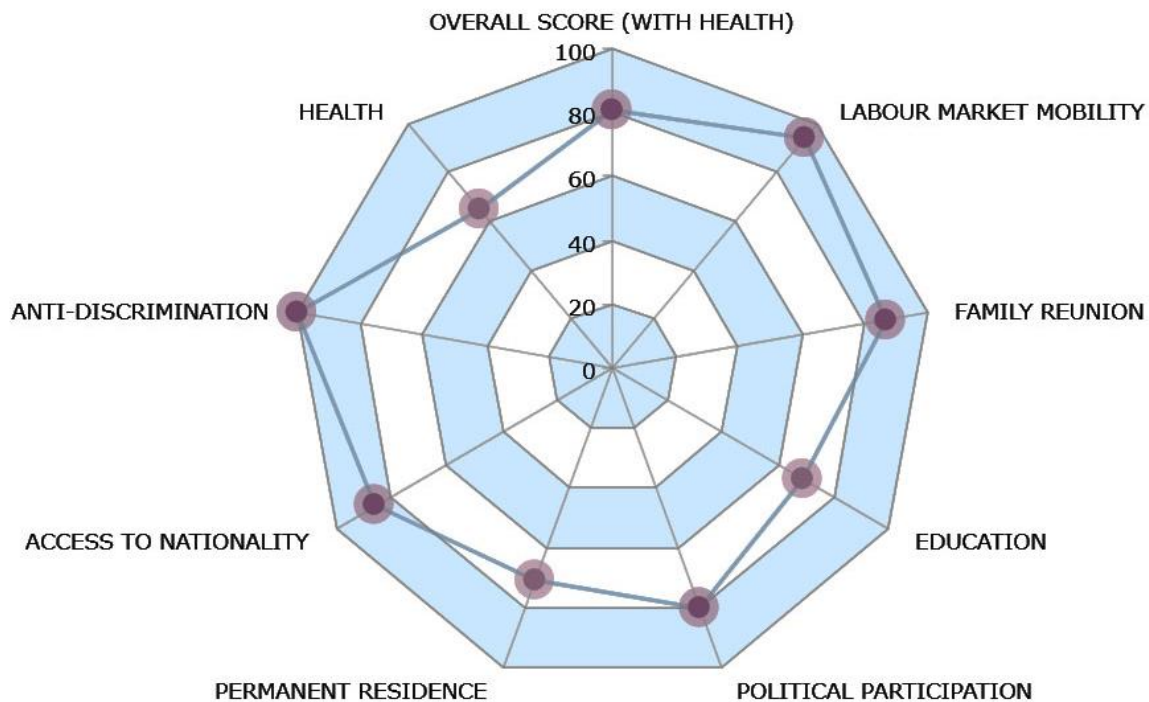
²⁰ www.acm.gov.pt/zh/-/cnai-centro-nacional-de-apoio-ao-imigrante

²¹ www.oss.inti.acidi.gov.pt/

²² www.acm.gov.pt/pt/-/estrategia-nacional-para-as-comunidades-ciganas-enicc-concig



O modelo proposto através do ACM encontra-se amplamente reconhecido, por exemplo, através da edição mais recente do MIPEX²³ (“Índice de Políticas de Migração”), publicada em 2020. Portugal mantém-se desde 2014 entre os primeiros dez classificados num grupo de 52 países.



Índice MIPEX de Portugal (2019). Fonte: www.mipex.eu

A principal Lei portuguesa sobre nacionalidade é de 1981²⁴, tendo a sua mais recente alteração em 2018, que veio reduzir os requisitos para a obtenção da cidadania portuguesa, introduzindo novas formas para a solicitar. Entre os casos mais frequentes de naturalização encontram-se estrangeiros que residam há pelo menos seis anos no país, ou descendentes diretos de cidadãos que residam em Portugal há pelo menos dois anos. A maioria das situações de impedimento na naturalização relacionam-se com a incapacidade de atestar os períodos mínimos de residência, bem como dificuldades no acesso a outros documentos formais.

Os possíveis passos para o futuro que são geralmente sugeridos para as políticas nacionais de migração prendem-se com a flexibilização do sistema relativamente a imigrantes indocumentados. Mais concretamente, o Estado Português pode melhorar o acesso de imigrantes a direitos sociais, trabalho não-precário, segurança social eficiente, cuidados de saúde e educação. Presentemente, apenas pessoas com cidadania portuguesa podem ser contratadas para trabalhar na administração pública. As exceções existentes decorrem de convenções internacionais ou leis especiais, tais como o Tratado da União Europeia²⁵. Neste caso, pessoas com qualquer cidadania da União europeia têm o direito a trabalhar na administração pública em qualquer estado-membro.

²³ www.mipex.eu/

²⁴ www.dre.pt/application/conteudo/564050

²⁵ www.europa.eu/european-union/law/treaties_en



No contexto atual da crise pandémica devida ao Coronavírus, o Governo Português tomou a medida inédita de, temporariamente, considerar em situação regular todas as pessoas estrangeiras com processos pendentes de regularização no país²⁶, desde que dado conhecimento ao SEF em prazo definido. Esta medida vigorou até final de Junho de 2020 – tendo sido recentemente estendida²⁷ até Março de 2021 – visando a garantia de serviços públicos a esta população, incluindo cuidados de saúde, apoio social, contratos de trabalho, entre outros.

Empenho político, Comunicação e Acolhimento

Durante a sessão de apresentação do Index das Cidades Interculturais de Loures, o Gabinete do Vereador responsável pelo Pelouro da Coesão Social e Habitação manifestou todo o apoio político “no exercício de potenciar o valor da diversidade das comunidades existentes em Loures” e demonstrou empenho em melhorar os “setores que ainda não permitem a integração intercultural”. A presença do Executivo em reuniões sobre as questões da interculturalidade é referida como frequente. O recente Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2020-2022 (PMIM) é uma das grandes apostas políticas no domínio da Interculturalidade, reunindo um conjunto de expectativas no que diz respeito à inclusão da população migrante no município.

Um próximo passo possível para Loures poderia passar por evidenciar a sua mensagem e compromisso políticos relativos à interculturalidade, por exemplo através da criação de uma área dedicada ao tema na sua página oficial, agregando todas as informações, documentos, atividades e serviços considerados pertinentes.



Inauguração do Centro de Acolhimento de Refugiados, Quinta do Apa Leite, 2018. Fonte: Câmara Municipal de Loures.

A existência de dois importantes Centros de Acolhimento de Refugiados (Bobadela e Quinta do Papa Leite) e o apoio a uma organização com experiência neste domínio (Conselho Português para os Refugiados) constitui já uma forte mensagem política relativamente ao acolhimento. Em paralelo à formalização política da vontade de acolher – pessoas refugiadas ou imigrantes – podem corresponder meios e iniciativas que manifestem quotidianamente essa vontade. A existência de atos públicos, redes de boas-vindas, packs de boas-vindas, mensagens no espaço público, tomadas de posição claras

²⁶ Despacho n.º 3863-B/2020. (<https://dre.pt/home/-/dre/130835082/details/maximized>)

²⁷ <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/147933307/details/maximized>



sobre atos de racismo ou xenofobia²⁸ podem ser alguns destes meios. Bergen cruza vários aspetos nas suas políticas de boas-vindas²⁹, por exemplo, com a criação de uma agência específica para o efeito, articulada com serviços para pessoas refugiadas, oportunidades de emprego e negócios, serviços de reunião familiar ou informação sobre serviços de educação e formação.

Bairros, Intervenção Comunitária, Participação e Mediação

Os bairros de iniciativa municipal de Loures (Quinta da Fonte, Quinta do Mocho, Sapateiras, Torre e Moscavide) são territórios ricos em diversidade e com um elevado potencial intercultural. Bairros como a Quinta da Fonte ou a Quinta do Mocho possuem um passado estigmatizante, com uma representação negativa na comunicação social, enquadrados em narrativas de bairros “problemáticos” ou “perigosos”.

A imagem destes bairros sofreu uma profunda transformação desde 2013, quando um evento comunitário de inclusão através da arte na Quinta da Fonte – o Festival comunitário O Bairro i o Mundo³⁰ - propiciou 23 obras³¹ feitas por artistas locais. O modelo consolidou-se em 2014 com a repetição do evento na Quinta do Mocho, onde foram elaboradas 19 obras de grande escala, por artistas locais, em empenas dos edifícios habitacionais. Estes trabalhos tiveram um grande impacto na imagem e perceção do bairro, dentro e fora do mesmo. A quinta do Mocho tornou-se rapidamente uma referência turística e a maior galeria de arte urbana do país, com visitas guiadas regulares.

O sucesso da iniciativa tem várias vertentes. Contribuiu fundamentalmente para a desconstrução dos estigmas existentes fora do bairro – por exemplo vizinhos, transportes e táxis passaram a entrar no bairro – bem como dentro do bairro, levando habitantes para fora. A comunidade de artistas locais, antes conotada com marginalidade, beneficiou com a desconstrução deste preconceito e com o aumento da visibilidade do seu trabalho. Um testemunho de um habitante do bairro refere que a “getização e isolamento” sentidos anteriormente foi atenuada. A coexistência de “pessoas com origens diferentes” foi pacificada e a “violência e desemprego” foram atenuados – “o projeto trouxe uma circulação de ideias e de pessoas”.

O festival O Bairro i o Mundo é uma das boas práticas promovidas pelo Programa das Cidades Interculturais do Conselho da Europa³² e deu origem ao projeto de abrangência concelhia Loures Arte Pública (LAP), em que se integra a Galeria de Arte Pública (GAP). O LAP promove o conceito de galeria a céu aberto, compreendendo cerca de 600 obras de arte urbanas dispersas pelo concelho, com temas tão variados como os direitos humanos ou a capital do Arinto (Bucelas). Promove ainda um evento público regular que junta dezenas de artistas a pintar em simultâneo durante um curto período. A GAP é constituída presentemente por 112 obras na Quinta do Mocho e promove uma visita guiada mensal, em estreita articulação com habitantes locais. Para além dos ganhos a nível do Turismo, as iniciativas trouxeram também outras vitalidades económicas e novos negócios.

²⁸ Por exemplo em resposta a episódios como as recentes inscrições xenófobas e racistas em equipamentos no Município de Loures.

²⁹ <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/good-practice>

³⁰ <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/-/o-bairro-e-o-mundo>

³¹ <https://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/Artepublicaloures/apelacao.html>

³² <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/good-practice>



Obra resultante do Festival "O Bairro i o Mundo", na Quinta do Mocho, 2013. A autoria: Atrapalharte Fonte: Câmara Municipal de Loures.

Apesar do sucesso inequívoco da Arte Urbana em Loures, continuam a existir vários desafios no domínio da interculturalidade. Um dos mediadores locais, relata uma “dualidade nos jovens 2ª geração”, que por um lado orgulham-se da sua “identidade Quinta do Mocho”, mas, por outro lado, têm receio da estigmatização que essa identidade possa causar, por exemplo no acesso ao trabalho. Outros desafios percecionados incluem consumos (nomeadamente álcool), saúde (incluindo mental), desemprego, tratamento de lixo e reciclagem, apatia cívica ou convivência difícil entre algumas comunidades.

A Câmara Municipal de Loures promove diretamente um leque diverso de respostas aos desafios dos bairros, nomeadamente através de intervenção comunitária. O diálogo intercultural, inter-religioso e intergeracional são estimulados na população através de atividades que agregam as comunidades evangélica, católica e islâmica. Parceiros locais como as Paróquias do concelho, a Mesquita HAJRAT HAMZA R.A. (Sacavém), a Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva, a Pastoral dos Ciganos e a recém-constituída Techari – Associação Nacional e Internacional Cigana, são entendidas como estratégicas nestas atividades. Alguns exemplos incluem projetos “Orquestra Geração”³³, um grupo de teatro infantil multicultural, refeições partilhadas e concursos de sopas, que juntam pessoas de origens diversas – nomeadamente dos PALOP – diferentes etnias – como população roma – numa lógica intergeracional.

³³ <https://orquestra.geracao.aml.pt/>



Galeria de Arte Urbana. Fonte: Câmara Municipal de Loures

Outras atividades incluem intervenções pontuais no domínio da saúde, educação e apoio familiar. Para além das iniciativas promovidas diretamente pelos Serviços da CML, as organizações “Ajuda de Mãe” e “Médicos do Mundo” são alguns dos parceiros que visitam os bairros periodicamente.

O MISP – Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos³⁴ destinava-se a população imigrante e autóctone, em três eixos: saúde, educação e fortalecimento comunitário. Apesar do seu sucesso, o projeto foi interrompido, por limitações ao seu financiamento. Eram realizadas reuniões interdisciplinares entre cidadãos e entidades, para a mediação de problemas, envolvendo escolas outros parceiros. O Programa beneficiou de avaliação externa e proporcionou formação importante aos Quadros da CML, mesmo após a sua interrupção. A mediação intercultural promovida atualmente pelo GAM é relatada como importante, mas necessariamente mais limitada em comparação com as possibilidades proporcionadas pelo MISP.

Em breve será iniciada uma requalificação do edificado, espaço público e envolvente da Quinta do Mocho. As obras existentes farão parte de uma galeria específica e existe intenção de as replicar no novo edificado. O Bairro da Quinta da Fonte tem também uma requalificação em curso. Fará sentido o investimento na dimensão da participação no âmbito destas requalificações. O envolvimento das populações locais nestes processos pode ser estimulado de diversas formas a levar a uma apropriação saudável e sustentável dos espaços intervencionados. A realização de diagnósticos participativos nos momentos de programação de alterações ou melhorias nos bairros demonstrou resultados muito

³⁴ Milagre, C., & Rodrigues, C. (novembro de 2017). Boas Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social. Em *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 75-86). Afrontamento.



positivos, por exemplo no Bairro dos Navegadores em Oeiras³⁵. No Bairro Padre Cruz em Carnide³⁶, Lisboa, um sistema de apadrinhamento de lotes por organizações parceiras locais assegura a apropriação e o acompanhamento contínuo de parcelas dos bairros, estimulando uma interação forte entre a comunidade e o espaço habitado, com recursos da Autarquia.



Refeição partilhada durante o Dia Municipal do Diálogo Intercultural, 2019. Fonte: Câmara Municipal de Loures.

A Autarquia reconhece a importância de se continuar a trabalhar nos bairros e acompanha de perto as comunidades, seja através do contato direto dos seus decisores políticos, seja através da intervenção no terreno protagonizada por técnicos e técnicas do Município, que referem que “andam hoje no Mocho e na Fonte com um *à vontade*” diferente do que no passado. A presença contínua e dedicada no terreno parece ser não só uma necessidade identificada como um desejo de, pelo menos, parte da população. Pretende-se dar continuidade à integração através da arte com a Galeria de Arte Pública, articulando esforços com mais parceiros e outros municípios. Caminhos possíveis no futuro próximo poderão passar por fortalecer o trabalho e a relação contínuos nos bairros, com a criação de espaços comunitários e estratégias de desenvolvimento comunitário específicas para cada território. Para além do envolvimento mais alargado da comunidade na organização das visitas, esse envolvimento pode ser intensificado nos processos de decisão sobre os locais concretos para a realização de novas obras e sobre que obras devem ser criadas. A melhor garantia de identificação das populações locais com as obras é assegurar que é a própria população encontra o apoio e as condições para planear, conceptualizar e realizar estes trabalhos. Um dos pontos de partida para o aprofundamento deste envolvimento pode dar-se através da metodologia de grupos comunitários –

³⁵ <https://www.cm-oeiras.pt/pt/melhorespacopubliconobairrodosnavegadores#search=Tags%3Anavegadores>

³⁶ <https://www.if-carnide.pt/para-a-populacao/gestao-participada/projectos/>



já promovidos pela CML – em que se propicia o encontro de vereadores, vereadoras e a população local.

Para além dos próximos passos previstos, uma possibilidade a considerar é o alargamento à escala do Município da celebração da diversidade cultural dos bairros. Divulgar no espaço público a realidade, cultura e história dos bairros pode ser determinante na desconstrução de estereótipos na população em geral. Práticas como campanhas anti rumores³⁷ ou Bibliotecas Humanas³⁸ ilustram como esta desconstrução pode acontecer e ser apreciada pela população em geral.

Tendo em conta o sucesso no passado com o MISP, a CML pode também considerar fortalecer a sua atual intervenção no campo da mediação intercultural, eventualmente com uma articulação estratégica com o seu novo PMIM.

Apoio à Integração, Coronavírus e Língua

O principal foco da Autarquia na integração da população imigrante caracteriza-se pelo trabalho do GAM. Os apoios dominantes têm que ver com procedimentos de regularização e produção de documentos, como currículos vitae para acesso ao mercado de trabalho.

A crise pandémica em curso que, no caso Português, teve início em fevereiro de 2020, teve um impacto considerável no trabalho de apoio à integração, nomeadamente a redução do número de atendimentos efetuados pelo GAM (Sacavém) atualmente em formato virtual, com máximo de doze marcações por dia. Foram visitadas todas as Juntas de Freguesia no sentido de se perceber onde haveria necessidade de agendar marcações no âmbito do GAM. O principal desafio reportado no apoio à integração em 2020 prende-se com as dificuldades de comunicação e articulação com instituições, em particular com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras³⁹ que “desde o início da pandemia, deixou de dar as respostas desejáveis”. Para além da consulta junto das Juntas de Freguesia, será de se considerar um aprofundamento da investigação sobre onde será pertinente localizar espaços de apoio a imigrantes. Em particular, esta consulta poderá ser alargada em contacto direto com as comunidades imigrantes diretamente visadas.

O Coronavírus levou à criação de equipas mistas multidisciplinares – pessoal técnico da Autarquia, Centros de Saúde e dos Serviços de Segurança Social – com a missão de visitar comunidades em particular risco, efetuando sensibilização, distribuição de equipamento de proteção e encaminhamento para apoios sociais. A CML tomou diligências específicas para o melhoramento da rede de transportes nos bairros, tendo sido ajustados horários, para maior conveniência da população.

A CML viu aprovado recentemente um apoio enquadrado no Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração⁴⁰ (FAMI), do Alto Comissariado para as Migrações, para o projeto "Ações de Língua Portuguesa" de aprendizagem de língua portuguesa para pessoas estrangeiras, em complementaridade com o PMIM e às respostas já existentes, como no quadro do Programa Português Para Todos⁴¹. Para além deste projeto já previsto, será de se considerar o alargamento do leque de línguas e dialetos aprendidas como por exemplo crioulos, bantus, forro, angolares, tonga,

³⁷ <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/anti-rumours>

³⁸ <https://www.coe.int/en/web/youth/living-library>

³⁹ Entidade responsável pelos processos de regularização no território nacional.

⁴⁰ <https://www.acm.gov.pt/-/fundo-para-o-asilo-a-migracao-e-a-integracao-fami->

⁴¹ <https://www.acm.gov.pt/pt/-/programa-ppt-portugues-para-todos>



mancó ou árabe. Práticas como o projeto Speak⁴² podem ser inspiradoras para a CML no processo de alargar o conhecimento linguístico e a sua dimensão intercultural. Outra medida possível é assegurar a presença de diversas línguas e dialetos na informação pública do Município, vinculando uma narrativa positiva da diversidade linguística.

Inteligência, Competência e Planeamento estratégico

No seu Índice das Cidades Interculturais de 2019, o indicador da Inteligência e Competência coloca Loures em destaque positivo. A pontuação elevada deve-se, por um lado, aos esforços da CML em manter informação atualizada no que diz respeito às questões da Interculturalidade, seja através de projetos ou do contacto direto no terreno. Por outro lado, a Autarquia investe na formação dos seus Quadros e de parceiros (por exemplo equipas hospitalares, e pessoal técnico de associações de cariz social) no âmbito de projetos interculturais.

O Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019⁴³, apresenta dados que permitem melhor entender a realidade socioeconómica das diferentes Freguesias, incluindo as nacionalidades da população residente.

Estão programadas formações a pessoal técnico de instituições parceiras, incluindo escolas, sobre as questões trabalhadas pelo GAM, tais como o Rendimento Social de Inserção e outros apoios da Segurança Social.

O PMIM, que articulará pelo menos 17 parceiros da Autarquia⁴⁴, configura-se como a principal estratégia política de médio-prazo para Loures. A equipa técnica responsável está consciente dos desafios de preparar e implementar este Plano, encontrando-se desde outubro de 2020 a desenvolver um sentido de propriedade partilhada no mesmo, visando uma conceção e uma implementação eficazes e participadas. Pretende-se um mínimo de 20 medidas concretas e confluentes, com implementação até ao final de 2022. O PMIM pode ainda ser uma importante ferramenta em apurar e consolidar informação estatística, aprofundando e atualizando o trabalho do Diagnóstico Social de 2019, por exemplo no que diz respeito aos dados sobre a comunidade roma bem como a população indocumentada no Concelho. O Observatório das Comunidades Ciganas⁴⁵, integrado no ACM, pode também ser um parceiro importante a considerar no PMIM.

Após algumas dificuldades sentidas na articulação interna relativamente à dimensão intercultural das diferentes iniciativas, foi criado um grupo de trabalho para a inclusão, que articula todas as unidades orgânicas da Câmara Municipal de Loures relacionadas com interculturalidade.

Loures posiciona-se na expectativa de manter uma apreciação muito positiva do seu indicador Inteligência e Competência. Pelo que, além das atividades formativas programadas, será importante aprofundar continuamente o entendimento conceptual de questões como “inclusão”, “diversidade”, “interseccionalidade” ou “interculturalidade”, dentro e fora da organização.

⁴² <https://www.ipleiria.pt/blog/projeto-speak-intercambio-de-linguas-e-culturas/>

⁴³ <https://cm-loures.pt/media/pdf/PDF20190703171611624.pdf>

⁴⁴ Incluindo Juntas de Freguesia, a Escola Profissional IPTRANS, associações religiosas, a Paróquia de Sacavém, o Conselho Português para os Refugiados, associações culturais, associações locais, o Agrupamento dos Centros de Saúde de Loures, o Conservatório de Artes de Loures e o Centro de Emprego de Loures.

⁴⁵ www.obcig.acm.gov.pt



Notas conclusivas

Durante a visita virtual de especialistas do Conselho da Europa ficou demonstrado o continuado compromisso do Município de Loures no desenvolvimento das suas políticas de interculturalidade, naquele que é o 5º município português com maior número de população estrangeira com estatuto legal de residente, bem como um dos principais municípios no acolhimento de pessoas refugiadas em território nacional. O empenho técnico da Unidade da Inclusão e Cidadania evidencia-se nas suas diferentes vertentes, como no recente Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2020-2022 ou no apoio direto através do Gabinete de Apoio ao Migrante.

Loures entende o potencial intercultural do seu tecido socio-urbano, e demonstra sublimemente como a diversidade cultural dos seus bairros pode ser valorizada, através de iniciativas-modelo como a intervenção comunitária e inclusão através das artes, asseguradas por iniciativas como a Galeria de Arte Pública e a Loures Arte Pública.

O interesse de Loures no contínuo desenvolvimento das suas políticas, aliado a uma vontade continuada de aprender, pressagia um futuro intercultural auspicioso para o concelho. Loures não está isenta de desafios, como a competição de prioridades decorrente da crise pandémica, o investimento na visibilidade pública da sua mensagem política, o robustecimento das suas boas-vindas, o fortalecimento da sua intervenção comunitária, a recuperação de sucessos do passado recente, o alargamento da celebração da diversidade à escala do concelho, a diversificação linguística, o aprofundamento do conhecimento demográfico, ou a expansão da sua cooperação internacional, onde Reggio Emilia⁴⁶ pode ser uma importante fonte de inspiração.

Além das sugestões elaboradas ao longo do documento, sugere-se que, como seguimento, se disponibilize, analise e interprete os resultados da visita, como exercício imediato de memória. A fixação de uma meta temporal para nova resposta ao questionário de Índice das Cidades Interculturais poderá constatar uma baliza importante para Loures reanalisar os seus desenvolvimentos em matéria de políticas interculturais.

⁴⁶ <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/-/a-city-international-policy>